

À UNIVERSIDADE COMO “NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESTES PAÍSES”

Por Simone Freire,
Patricia Pereira
e Rafaella Finci

Segundo o educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. No mesmo caminho, o filósofo francês Émile Durkheim, dizia que a educação expressa uma doutrina pedagógica. Segundo ele, o processo educacional emerge através da família, igreja, escola e comunidade. Na mesma linha, Talcott Parsons, sociólogo americano, e divulgador da obra de Durkheim, diz que a educação deve ser entendida como socialização, e uma vez entendida assim, torna-se um mecanismo básico de constituição dos sistemas sociais e da manutenção destes. Para ele, o ser humano só consegue manter a ordem e equilíbrio entre os indivíduos quando se socializa. Neste sentido, é através da educação que o ser humano consegue produzir conhecimento, enxergar-se como cidadão, e mais do que isso, situar-se como agente ativo e transformador dentro da sociedade.

Portanto, é imprescindível que o Estado, como mantenedor do “bem estar” da sociedade, avalie e coloque em prática projetos que visam a qualificação educacional do país. No Brasil, segundo o estudo “Education At A Glance (EAG) 2010”, os números vão de encontro a esta prerrogativa. Publicado em setembro, o estudo abrange avaliações realizadas no ano passado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), englobando 31 países (Ver quadro 1), que apontam que o Brasil conseguiu aumentar em 66% o percentual de gastos em educação em todos os níveis de ensino, ao passo que a média entre os outros países avaliados foi de um crescimento de 26%.

Conforme aponta o último Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), em 2008, os números na educação superior também não se isolam deste crescimento quantitativo. Por exemplo, a quantidade de cursos de graduação presenciais oferecidos (que englobam a formação de bacharéis, licenciados e tecnólogos) cresceu consideravelmente desde o primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, quando eram oferecidos 14.399 cursos (5.252 em universidades públicas e 9.147 em particulares), passando para 23.488, em 2007 (6.596 em públicas e 16.892 em particulares) para um total de 24.719 (6.772 em públicas e 17.947 em particulares), em 2008.

Neste mesmo relatório, o número de instituições de ensino também mostraram crescimento: de 2002 a 2007, passaram de 1.637 para 2.281. Neste período, as públicas passaram de 195 para 249, e as privadas de 1.442 para um número de 2.032. (Ver quadro 2). Porém, segundo o Censo, houve diminuição de 29 instituições em 2008

Reais mudanças no ensino superior divergem dos números do governo



Se há para o desenvolvimento econômico do mundo a necessidade de qualificar a mão-de-obra, há para desenvolvimento da sociedade a necessidade de formar cidadãos

“CORREMOS O RISCO DE TRANSFORMAR NOSSAS UNIVERSIDADES EM ‘ESCOLÕES’ COM NICHOS VOLTADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE POUCO OU NADA TEM A VER COM A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE”

(PROFESSOR ROBERTO LEHER)

na comparação com 2007: “no ano de 2008, pela primeira vez desde 1997, o número de IES diminuiu, sobretudo as faculdades federais. Tal diminuição pode ser explicada pela integração de insti-

tuições, por fusão ou compra, observada nos últimos anos”. Dados preliminares do Censo de 2009 divulgados, em dezembro de 2010, pelo Mec mostram que o número de alunos matriculados cresceu 3% de 2008 para 2009, o que representa 5,95 milhões de alunos das instituições de ensino superior (4,43 milhões estão na rede privada e 1,52 milhões nas públicas), incluindo estudantes de cursos presenciais e oferecidos a distância. No entanto, os dados ainda mostram que houve uma redução de cerca de 30 mil matrículas nas públicas.

Quadro 1

O relatório “Education At A Glance (EAG) 2010”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reúne informações dos 31 países da OCDE – Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos –, e de mais oito países não-membros convidados: Brasil, Federação Russa, Estônia, Eslovênia, Israel, China, Índia e Indonésia.

Lobo em pele de cordeiro – Porém, nem sempre, números são parâmetros relevantes que ajudam a entender a importância e realidade da educação superior no mundo e seu papel social. Na verdade, muitas vezes atrapalham, quando camuflam a ausência de políticas educacionais que priorizem a produção e construção do conhecimento. Sendo assim, mais do que simplesmente implantar medidas que visem aumentar a quantidade de alunos e cursos atualmente dentro das universidades, é importante fazer um balanço do que já foi feito e avaliar quais as consequências

que os projetos para a educação tiveram, e os que estão sendo implantados, terão a longo prazo na sociedade e no perfil do estudante que será formado. Em entrevista para o jornal **Contraponto**, o professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, disse que embora a expansão da universidade seja sempre positiva a universidade massificada ao mesmo tempo, é *"esvaziada em seu projeto de formação"*, uma vez que *"se não houver luta social em prol da concepção de universidade defendida historicamente pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, corremos o risco de transformar nossas universidades em 'escolões' com nichos voltados para a prestação de serviços que pouco ou nada têm a ver com a função social da universidade"*. (ver quadro 3)

Atualmente as diversas formas de se pensar a universidade, ainda geram debates sobre a manutenção das Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto privadas, e tornando-se pauta obrigatória nas mesas de discussão sobre educação. No mundo, as IES, e conseqüentemente, as discussões sobre o que é universidade surgiram na Europa de modo mais preciso no final da Idade Média (século XII), quando as primeiras instituições que se dedicavam ao ensino de leis, medicina, astronomia e lógica começaram a surgir. Segundo Leher, estas escolas apresentavam *"configurações muito distintas uma das outras, algumas foram criadas por corporações de estudantes, outras de docentes, mas, historicamente, alguns traços gerais foram se consolidando"*. Segundo ele, a presença do Estado na manutenção das instituições foi marcante na universidade francesa que era associada ao projeto de nação advindo da Revolução de 1789 contribuindo assim, para acelerar a entrada do país na Revolução Industrial: *"a articulação universidade e Estado é muito íntima nessa tradição que ficou conhecida como 'napoleônica'"*, reitera. O modelo de universidade na Alemanha também tem sua relevância visto que consagra o princípio da autonomia

universitária e da *"indissociabilidade entre ensino e pesquisa, conformando a universidade como um espaço de liberdade"*.

Da nobreza para a nobreza – No Brasil, estas discussões tiveram início na época do Império, quando a coroa portuguesa veio para o Brasil e implantou uma série de atividades administrativas na colônia, inaugurando, inclusive, em 1808, a Escola de Cirurgia da Bahia, que segundo a historiadora e ex-professora da Universidade de São Paulo, Maria Ligia Coelho Prado, foi a primeira instituição voltada ao ensino superior no país e quando se começou a pensar na formação e manutenção da educação superior, que era voltada para formar profissionais competentes para os serviços públicos, privilegiando as áreas de medicina, engenharia e direito, sempre voltados para a elite da época. Deste modo, a universidade brasileira não foi criada para atender às necessidades da população, mas sim como um bem cultural oferecido às minorias, tendo que constituir, por sua definição, um espaço de investigação científica e de produção de conhecimento.

De 1889 até a Revolução de 1930, os diversos dispositivos legais que foram promulgados no país alteraram a configuração do ensino superior até a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) em 1920, pelo Governo Federal. Esta foi uma junção das Escolas Politécnica, de Medicina e de Engenharia em um único prédio sem, entretanto, haver qualquer integração entre elas. Apesar dos muitos problemas gerados em cima de sua criação, a universidade serviu para reavivar as discussões sobre o ensino no Brasil, debate esse que ganhou expressão com a atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Com isso, surgiram pelo menos, três tipos de pensamento sobre as necessidades da educação superior brasileira: o que defende como função básica da universidade o desenvolvimento da pesquisa científica, além da formação de profissionais, e o que considera ser prioridade a forma-

ção profissional. Uma terceira vertente, apesar de menos discutida, foi a que acredita que a universidade, para se manter fiel a sua denominação, deveria ser foco de cultura, de disseminação de ciência e de criação da nova ciência, na qual o convívio do aluno com o ambiente de ensino era muito prezado, o estudo apreciado e os debates estimulados.

Mas os rumos da área educacional continuaram incertos. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, desde sua inauguração em 1934, apresentou problemas. Isso porque ela é fruto de um debate que começou tardiamente se comparado com outros países. Já a Universidade de Brasília (UnB), só foi criada em 1961, em meio a discussões de reformas universitárias, cujo mentor, e primeiro reitor, foi Darcy Ribeiro, antropólogo nacionalista. Apesar de Ribeiro, esta universidade, porém, foi fortemente vinculada ao modelo norte-americano, que começa pela noção de *campus* - que engloba todos os diferentes prédios e faculdades, passando pela transformação da antiga cátedra em departamento, numa espécie de democratização, conforme disse a professora Maria Ligia Prado, em um curso sobre a *"Universidade na América Latina: História e Política"*, realizado na USP em novembro. Segundo ela, o modelo de departamento exclui a figura do catedrático, que concentrava poderes de contratação e demissão. Além disso, os cursos que eram anuais passaram a ser semestrais.

Organismos internacionais – No âmbito internacional, as discussões também questionam a capacidade do Estado como mantenedor da educação. A partir da década de 1960, por exemplo, o Banco Mundial começou a atuar na área educacional dando prioridade para o ensino técnico-vocacional e para o ensino superior. De modo geral, a idéia predominante era que através dos investimentos em educação se aumentasse a quantidade de mão-de-obra especializada e necessária aos projetos de desenvolvimento. Mas o ponto chave de toda a discussão surgiu em 1980, quando os economistas do BM criticaram veemente os gastos públicos dos países africanos no setor, que segundo eles, gerava acúmulo de qualificação, ou seja, a demanda da população qualificada era muito maior do que o número de empregos que o governo poderia ofertar. A proposta do banco para solucionar, o que para eles era um problema, foi reduzir esta demanda extinguindo a gratuidade do ensino superior. Seguindo assim, um raciocínio que se deve aumentar o acesso a educação, mas não sua qualificação, ou seja, o conhecimento, aos poucos, dá lugar à mercantilização da formação educacional, que direciona o ensino apenas para o mercado de trabalho. (ver quadro 4)

No Brasil, após o golpe militar de 1964, a discussão de universidade e movimento estudantil passaram a ser analisados com outros olhos: o dos órgãos internacionais. A Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development, USAID, na sigla em inglês) - organização que tem o intuito de promover ajuda aos países em diferentes áreas, incluindo a educação – em uma análise do sistema educacional brasileiro classificou-o como ineficiente e improdutivo. Logo após, junto com o Ministério da Educação (MEC), a agência norte-americana fez um acordo no qual estabeleceu metas ao modelo educacional brasileiro.

Entre outras coisas, tal acordo tornava obrigatório o ensino da língua inglesa e exigia que o Brasil continuasse sendo assessorado pelos Estados Unidos no setor da educação. Como conse-

Quadro 2

Por uma educação pública, gratuita e democrática

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública constitui-se em uma articulação de entidades e movimentos sociais organizados da sociedade brasileira os quais, partilhando princípios, valores, concepções e ideais semelhantes, buscam defender a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade social, para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros(as).

São **PRINCÍPIOS** do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública:

- I a democracia, a ética, o respeito aos direitos humanos, a busca incessante de justiça social;
- II o pluralismo de idéias e de convicções e a liberdade de expressão;
- III a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar, de acesso ao patrimônio intelectual – científico, técnico, artístico, filosófico, cultural – construído pela humanidade;
- IV a solidariedade internacional na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade social e pela universalização do patrimônio intelectual da humanidade;
- V a defesa de um sistema nacional de educação pública e gratuita, como um dos instrumentos de desenvolvimento e emancipação das pessoas, das instituições e do país;
- VI a defesa da educação escolar pública e gratuita, mantida pelo poder público, democrática e universalizada, como prioridade nacional, com garantia de acesso a todos os níveis e modalidades de ensino, bem como a de permanência do aluno até o final de cada curso, com padrão de qualidade socialmente referenciado pois que, segundo a Constituição de 1988, é direito de TODOS e dever do ESTADO;
- VII a luta incessante pela garantia de que as verbas públicas destinadas à educação sejam exclusivas para a escola pública;
- VIII a defesa da gestão democrática nos sistemas e instituições educacionais;
- IX a defesa permanente da valorização dos(as) profissionais da educação;
- X a defesa da solidariedade nacional e internacional na luta pelo **direito à educação** pública, gratuita, laica e de qualidade social, em todos os seus níveis e modalidades.

quência deste acordo, e de outras políticas implementadas no país, foi a Lei Suplicy (1964), que impôs diversas regras ao funcionamento do movimento estudantil – que a partir de então deveria estar atrelado ao Ministério da Educação, o que para alguns críticos despolitizou e reprimiu os movimentos internos de caráter contestatório.

Fica evidente aí que a influência norte-americana na construção do ensino superior no país se contrapõe a sua proposta de independência. Se a educação, assim como diz Durkheim, é o ponto de partida para a socialização dos indivíduos, de nada adianta crescimento econômico, como pudemos testemunhar nestes últimos tempos, se nossa educação é subordinada ao capital estrangeiro que limita e restringe a liberdade de conhecimento às necessidades de cursos que visem a formação de mão-de-obra para o setor de serviços.

Em, “Beabá dos Mec-Usaid”, o jornalista, Márcio Moreira Alves, diz que “a transformação das universidades brasileiras em fundações não representa apenas uma tentativa de se restringir ainda mais as já quase nulas possibilidades de acesso dos filhos da pequena classe média e do operariado ao ensino superior”, mas que coloca todo o sistema universitário brasileiro na dependência “do interesse direto e imediato do poder econômico norte-americano no Brasil”.

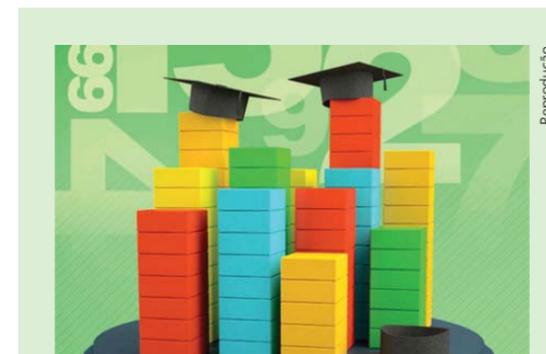
Lula: vende-se educação – A proposta de educação do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, foi elaborada por uma equipe coordenada pelo economista Paulo Renato Souza, naquela época técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e hoje secretário da Educação do Governo de São Paulo e deputado federal pelo PSDB. Em suma, a proposta afirmava “a necessidade de se estabelecer uma ‘verdadeira parceria’ entre o setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico”, como assinala o professor titular de Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Antônio Cunha, em seu artigo “O Ensino Superior no Octênio FHC”.

Em contraposição, no *Programa de governo 2002: Uma escola do tamanho do Brasil*, a Coligação Lula presidente, apresenta a defesa da educação como um “direito social básico” e “nos termos constitucionais, um direito do cidadão e um dever do Estado e da família”, o que basicamente legitima a autonomia universitária, e critica a “privatização no atendimento da educação superior e infantil”, existentes no governo de seu antecessor. Porém, o que parecia um avanço no debate que aparentemente estabeleceria um modelo popular de universidade (onde não só o acesso seria crescente, mas também haveria oportunidade de se criar um ensino sob a ótica da construção do conhecimento), logo nos primeiros anos no governo Lula foi por água abaixo. Segundo Leher, “a política para a educação superior de Cardoso possui continuidades e descontinuidades no governo Lula da Silva”. Para ele, a principal linha de força no governo de FHC que ainda segue no atual governo de Lula “é o apoio do Estado ao setor privado-mercantil”, que expande a “comodificação das (instituições) públicas por meio da conversão das universidades em organizações de serviços, que por meio da Lei de Inovação Tecnológica também joga um papel crucial na mercantilização. No caso das organizações privadas, esta em curso um processo de aquisições muito selvagem focado na ampliação dos negócios educacionais”.

Os estudantes – Desta forma, entender a educação como matéria de interesse nacional dissocia-se da realidade e interfere, logicamente, de forma direta na formação do estudante universitário no país. Neste sentido, vale averiguar quais as influências que as políticas públicas para as IES provocam neste alunado. Com a ressalva de que a ampliação dos cursos e acesso à universidade é um ponto positivo, vale lembrar o papel social da universidade. Pois, se há para o desenvolvimento econômico do mundo a necessidade de qualificar a mão-de-obra, há para desenvolvimento da sociedade a necessidade de formar cidadãos. Mas cada vez mais o que se observa são dificuldades dos alunos dentro da própria universidade de se situarem criticamente no mundo. O que se comprova é a oposição do que Paulo Freire

vê como ponto crucial na educação: a simples transferência de conhecimento e não mais o estímulo a produção e construção. A questão que se coloca então, é como criar políticas públicas e mecanismos que visam o desenvolvimento da cidadania dentro da universidade.

Segundo o professor Leher, visto que educação não pode ser vista como negócio, “para retomar a função social da universidade como espaço público de produção e socialização de conhecimentos é preciso que a educação seja pública, laica, gratuita e autônoma frente aos governos e às organizações empresariais”. Segundo ele, “somente assim professores e estudantes poderão se dedicar aos problemas lógicos internos dos diversos campos do saber e a investigar os grandes problemas dos povos no presente e no futuro, objetivando um projeto de nação em que caibam todos os rostos humanos”.



Quadro 4

Em seu artigo “Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula”, Angela Carvalho de Siqueira, doutora em Educação da Universidade Federal Fluminense, que passou quatro anos nos Estados Unidos estudando as relações do Banco Mundial com o ensino, sintetiza suas conclusões:

Nos anos 1990, principalmente após a queda do Muro de Berlim, houve um grande apoio às ideias do livre-mercado, uma decretação da falência do Estado provedor e a defesa do Estado supervisor, dando-se muito destaque para o modo de gestão empresarial. No âmbito educacional, isso se consubstanciaria: a) no incentivo à expansão do setor privado; b) na busca de fontes alternativas de recursos do setor público (mensalidades, cursos pagos, consultorias, contribuição de ex-alunos), apresentada sob o manto de autonomia financeira; c) na defesa da “eficiência” interna (otimização do uso do espaço físico – uso na hora do almoço, nas férias, nos finais de semana, com mais alunos por metro quadrado e por professor); d) na criação de sistemas de “avaliação” (melhor seria dizer medição) pautados em critérios de produtividade, que permitisse comparação e ranqueamento, e subsidiassem a distribuição de recursos para instituições e para prestadores dos serviços (pagamento por desempenho, avaliação de alunos via exame de final de curso); e, e) na diversificação das instituições de ensino superior, o que veio acompanhado de uma crítica incisiva ao modelo de ensino superior baseado na universidade de pesquisa – considerada caríssima e inadequada às necessidades e aos recursos dos países mais pobres -, bem como da defesa da criação de instituições de ensino superior não universitária. E ainda a crítica ao vínculo empregatício dos professores e funcionários como servidores públicos, assim como às eleições para escolha de reitor a à existência de muitos órgãos coletivos de decisão (Banco Mundial, 1994).

“ PARA RETOMAR A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS É PRECISO QUE A EDUCAÇÃO SEJA PÚBLICA, LAICA, GRATUITA E AUTÔNOMA FRENTE AOS GOVERNOS E ÀS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS ”

(PROF. LEHER)

Quadro 3

Evolução do Número de Instituições, segundo a Categoria Administrativa (Brasil 2002 a 2008)

Ano	Total	Pública	%Δ	Privada	%Δ
2002	1.637	195	-	1.442	-
2003	1.859	207	13,6	1.652	14,6
2004	2.013	224	8,3	1.789	8,3
2005	2.165	231	7,6	1.934	8,1
2006	2.270	248	4,8	2.022	4,6
2007	2.281	249	0,5	2.032	0,5
2008	2.252	236	-1,3	2.016	-0,8

Fonte: MEC/INEP/DEED



Reprodução

Simone Freire – simone.monecarvalho@gmail.com

Patricia Pereira - patricia.pereira.monteiro@gmail.com

Rafaella Finci - ra.finci@gmail.com